

ESP-PENIT. DE PARAGUACU PTA

Edital 8/2026

UASG 380203

PREGÃO ELETRÔNICO*90008/2026***CONTRATANTE (UASG)***(380203 – PENITENCIÁRIA DE PARAGUAÇU PAULISTA)***OBJETO***Aquisição de itens diversos (saneantes, manutenção e outros equipamentos) para a Penitenciária de Paraguaçu Paulista.***VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO***R\$ 99.272,93 (noventa e nove mil, duzentos e setenta e dois reais e noventa e três centavos)***DATA DA SESSÃO PÚBLICA**Dia **26/06/2026** às **09h** (horário de Brasília)**Critério de Julgamento:***menor preço por item / global***Modo de disputa:**

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
8/2026	380203-ESP-PENIT. DE PARAGUACU PTA	DEBORAH MENEZES ROKS DE ALMEIDA	12/06/2026 15:30 (v 0.8)
Status			
DISPONIBILIZADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	39/2026	006.00239445/2026-66

Sumário

- DO OBJETO
- DO REGISTRO DE PREÇOS
- DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
- DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
- DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
- DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
- DA FASE DE JULGAMENTO
- DA FASE DE HABILITAÇÃO
- DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
- DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA
- DOS RECURSOS
- DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
- DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ESTADO DE SÃO PAULO

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

PENITENCIÁRIA DE PARAGUAÇU PAULISTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026

(Processo Administrativo nº 006.00239445/2026-66)

Torna-se público que o(a) *Estado de São Paulo, Secretaria da Administração Penitenciária* por meio do(a) *Penitenciária de Paraguaçu Paulista – Seção de Finanças e Suprimentos* sediado(a) *Rodovia SP 284 KM 487 + 596 mts, Sapezal – Paraguaçu Paulista/SP, CEP: 19702-900*, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a *aquisição de itens diversos (saneantes, manutenção e outros equipamentos) para a Penitenciária de Paraguaçu Paulista*, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. *A licitação será dividida em itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.*

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. *A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para os itens 01 a 50 a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. *aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.*

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela

aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. *Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.*

3.11. Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio. *dicas reunidas em consórcio.*

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA...

E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o *preço*, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte *ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007* deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as *cooperativas* que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e *equiparadas*, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e *equiparadas*, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou *sociedade cooperativa equiparada*.

4.4.6. *O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.*

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. *Valor unitário e total do item;*

5.1.2. *Marca;*

5.1.3. *Fabricante.*

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. *As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime*

tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO

CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de *valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de *valores* entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, para os itens com valores até R\$ 100,00 (cem reais) deverá ser de R\$ 0,10 (dez centavos), para itens com valores referenciais de R\$ 100,00 (cem reais) a R\$ 500,00 (quinhentos reais) deverá ser de R\$ 1,00 (um real) e, para os itens com valores acima de R\$ 500,00 (quinhentos reais), deverá ser de R\$ 10,00 (dez reais).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. *Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.*

6.11.1. *A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.*

6.11.2. *A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.*

6.11.3. *Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.*

6.11.4. *Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.*

6.11.5. *Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.*

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. *Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.*

6.18.1. *Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.*

6.18.2. *A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.*

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer *acima do preço máximo* definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>); e

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a [Lei nº 10.522, de 2002](#), no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#).

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. *Serão considerados indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.*

7.8.1. *A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:*

7.8.1.1. *que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e*

7.8.1.2. *inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.*

7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.11.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

8.1.2. *Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. *A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.*

8.15.1. *Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.*

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. *A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. *A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
 - 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados *pelos meios eletrônicos* financas@ppta.sap.sp.gov.br, penitappta@gmail.com e penitenciaria@ppta.sap.sp.gov.br.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
 - 12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
 - 12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
 - 12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:
 - 12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 12.1.5.3. *pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;*
 - 12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

- 12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação **I** no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.
- 12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.
- 12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.
- 12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.
- 12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO

DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo(s) seguinte(s) meio(s)*: através do sistema Compras.Gov em <https://compras.sp.gov.br/> ou por manifestação pelos e-mails: *financas@ppta.sap.sp.gov.br, penitappta@gmail.com e penitenciaria@ppta.sap.sp.gov.br.*

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas *no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet <https://doe.sp.gov.br/>*, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. *A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.*

14.2.1. *Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.*

14.2.1.1. *Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.*

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10);

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

14.2.2.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

14.2.2.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica a ciência e a concordância pelo adjudicatário:

14.2.2.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.2. de que está vinculado às previsões contidas neste Edital e seus Anexos e à sua proposta;

14.2.2.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;

14.2.2.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.5. dos direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação;

14.2.2.3.7. de que serão observados a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025, e as vedações constantes do Decreto estadual nº 68.829, de 2024, e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico <https://doe.sp.gov.br>.

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.15.1. ANEXO I – Termo de Referência;

14.15.1.1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;

14.15.2. ANEXO II – Minuta de Nota de Empenho;

14.15.3. ANEXO III – Resolução SAP nº 49 de 17/04/2024, retificada em 26/04/2024 - Ato normativo sobre sanções aplicáveis no âmbito da SAP;

14.15.4. ANEXO IV – Modelo referente a Planilha de Proposta;

14.15.5. ANEXO V – Modelo de Declarações.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PAULO DA SILVA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 12/06/2026 às 15:28:25.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - TR e ETP.pdf (638.16 KB)
- Anexo II - Anexo II - Minuta de Nota de Empenho.pdf (216.89 KB)
- Anexo III - Anexo III - Resolucao SAP n 49.2024.pdf (478.68 KB)
- Anexo IV - ANEXO IV - Modelo referente a planilha de proposta.pdf (117.79 KB)
- Anexo V - ANEXO V - Modelo de declaracao.pdf (312.0 KB)

ESP-PENIT. DE PARAGUACU PTA

Termo de Referência 20/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
20/2026	380203-ESP-PENIT. DE PARAGUACU PTA	DEBORAH MENEZES ROKS DE ALMEIDA	09/06/2026 12:55 (v 0.5)
Status			
DISPONIBILIZADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	39/2026	006.00239445/2026-66

1. UASG 380203

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

PENITENCIÁRIA DE PARAGUAÇU PAULISTA

(Processo Administrativo nº 006.00239445/2026-66)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de **itens diversos (saneantes, manutenção e outros equipamentos)** para a **Penitenciária de Paraguaçu Paulista**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Agua Sanitaria; Solucao Aquosa; Acondicionado de Forma Adequada; Teor de Cloro Ativo Hipoclorito de Sodio e Agua,c/ Teor de Cloro Ativo de 2,0% a 2,5% P/p, Produto a Base de Cloro; Sem Aromatizante Com Validade de	Contabiliza 2957868	246 - Galão 5 litros	250	R\$ 7,40	R\$ 1.850,00

	No Mínimo 6 Meses Apartir Da Data de Fabricacao; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega; Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;	Compras 310507				
2	Desinfetante; Categoria Basica Restrita Ao Uso Diluido Em Agua 1: 200, Liquido Concentrado; Principio Ativo Cloreto de Alquil Dimetil Benzil Amonio a 4,0%; Composicao Basica Nao Inflamavel, Enxaguavel, Nao Corrosivo; para Desinfeccao de Superficies e Odorizacao de Ambientes; Composicao Aromatica Cor Incolor a Amarelado, Odor Caracteristico; Conforme Rdc 14 /07 Anvisa/ms; Produto Seito a Verificacao No Ato Da Entrega;	Contabiliza 5666856 Compras 607579	28 - Frasco 1 litro	500	R\$ 11,15	R\$ 5.575,00
3	Desinfetante; Categoria Basica Restrita Ao Uso Puro; Principio Ativo Cloreto Alquil Benzil Amonio; Composicao Basica Monil Fenol, etoxilado,oleo de Eucalipto,essencia; e Outras Substancias Quimicas Permitidas; Composicao Aromatica Eucalipto; Validade Minima de 24 Meses; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega; Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;	Contabiliza 6175589 Compras 630559	28 - Frasco 1 litro	1000	R\$ 5,30	R\$ 5.300,00
	Detergente Em Po; Principio Ativo					

4	<p>Composto Da Associacao de Alcalinizantes e Tensoativos; Composto de Tensoativos Anionicos, Alcalinizantese Fosfato Trissodico; Teor de Ativos de No Minimo de 5%; Pigmentos Inexistentes; para Limpeza de Materiais de Laboratorios; Acondicionado Em Frasco Contendo 1 Kg; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega; e Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;</p>	<p>Contabiliza 3186288 Compras 253075</p>	<p>404 - Saco 1 quilo</p>	<p>1500</p>	<p>R\$ 2,70</p>	<p>R\$ 4.050,00</p>
5	<p>Detergente Liquido; Principio Ativo Linear Alquil Benzeno,sulfonato de Sodio,teor Minimo de 6%; Composicao Basica Tensoativos: anionicos,nao Ionicos, coadjuvante; Preservantes, sequestrante, espessante, fragancias e Outras Substancias Quimicas Permitidas; Valor do Ph Entre 6,0 e 8,0,solucao a 1% P /p; Composicao Aromatica Neutro, incolor,com Validade 3 Anos; Acondicionado de Forma Adequada; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega; Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;</p>	<p>Contabiliza 1320530 Compras 302906</p>	<p>120 - Frasco 500 mililitro</p>	<p>2500</p>	<p>R\$ 1,35</p>	<p>R\$ 3.375,00</p>
	<p>Limpador Multiuso Domestico; Liquido, Azul; Composto de L i n e a r Alquibenzeno Sulfonato de Sodio; Alcalinizante, Sequestrante, Eter</p>					

6	Glicolico, Alcool, Perfume e Agua; Com Bico Pescante e Orificio de Saida; Tensoativo Não Ionico, Com Validade de 3 Anos; Embalado Em Frasco Plastico; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega; Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;	Contabiliza 2646137 Compras 303322	120 - Frasco 500 mililitro	250	R\$ 2,15	R\$ 537,50
7	Sabao Em Barra; Composicao Basica Carbonato de Sodio, dióxido de Titânio, glicerina; Corante e Outras Substancias Quimicas Permitidas; Especificacoes Ph 1%=11,5 maximo, alcalinidade Livre: maximo 0,5%p/p; de Glicerina; Na Cor Amarela; Embalado Em Saco Plastico,com Validade 2 Anos; Registro e Laudo Analitico do Fabricante; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega; Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;	Contabiliza 1321226 Compras 238156	260 - Pacote c/ 5 unidades	250	R\$ 6,30	R\$ 1.575,00
8	Papel Toalha; Bobina; Folha Simples; Medindo 20 Cm x 200 Metros; Sem Impurezas,nao Reciclado; Alvura Superior a 85% Conforme Norma Iso; Absorcao de 3.0 a 4.5 S; Branca; Em Embalagem Apropriada;	Contabiliza 4596790 Compras 290376	65 - Caixa c/ 6 unidades	50	R\$ 57,00	R\$ 2.850,00
	Toalha de Papel-folha Dupla; Classe Material de Consumo; Na Cor Branca; Alvura Iso 90 a 100%; Resistencia a Tracao a Umido Ponderada 700gf / 1 5 m m					

9	<p>Aproximadamente; Quantidade de Pintas Aproximadamente 2 Mm2/m2; Capacidade de Absorcao de Agua Abnt Nbr 15004; Tempo de Absorcao de Agua Abnt 15004; Resistencia a Tracao Umido (direcao de Fabricacao) Abnt 15134; Nao Causa Irritacoes Dermicas; Conforme Norma Abnt Nbr 15134 15004; Caracteristica Complementares: Materia Prima 100 % Fibras Celulosicas Virgem; Dimensao Da Folha 23 Cm de Comprimento Por 21 Cm de Largura, Aproximadamente; Numero de Folhas 03 Dobras; Rotulagem Contendo: C /identificacao Da Classe, Descricao, marca,tamanho; Nome do Fabricante e Fantasia, Cnpj; E- mail e Telefone do Sac;</p>	<p>Contabiliza 6475353 Compras 320029</p>	<p>505 - Pacote c/ 1.000 unidades</p>	<p>350</p>	<p>R\$ 8,15</p>	<p>R\$ 2.852,50</p>
10	<p>Sabonete; Liquido, cremoso; Floral,cor Azul,ph Neutro; para Higiene Das Maos; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega; Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;</p>	<p>Contabiliza 1353233 Compras 417309</p>	<p>44 - Bombona 5 litros</p>	<p>40</p>	<p>R\$ 13,00</p>	<p>R\$ 520,00</p>
11	<p>Alcool Etílico para Limpeza; Com Teor Alcoolico 70 Gl - Liquido; Embalado Em Frasco Plastico; Produto Sujeito a Verificacao, No Ato Da Entrega; Aos Procedimentos Determinados Pela Anvisa;</p>	<p>Contabiliza 5616859 Compras 405780</p>	<p>28 - Frasco 1 litro</p>	<p>100</p>	<p>R\$ 6,40</p>	<p>R\$ 640,00</p>

12	Saco de Lixo de Coleta Seletiva; de Polietileno (pe) Com Solda Continua, Homogenea e Uniforme,fundo Reto; Medindo: Altura Minimo 80cm; Largura 63cm (tolerancia +/- 1cm); Capacidade 50 Litros (10 Kg); Na Cor Azul; Acondicionado Em Embalagem Com Identificacao do Produto e Fornecedor; Devendo Estar de Acordo Com a Norma Vigente Nbr-9191/08 e Suas Alteracoes Posteriores;	Contabiliza 4897498 Compras 288445	201 - Pacote c/ 100 unidades	50	R\$ 15,20	R\$ 760,00
13	Saco de Lixo de Coleta Seletiva; de Polietileno (pe) Com Solda Continua, Homogenea e Uniforme,fundo Reto; Medindo: Altura Minimo 105cm; Largura 75cm (tolerancia +/- 1cm); Capacidade 100 Litros(20 Kg); Na Cor Azul; Acondicionado Em Embalagem Com Identificacao do Produto e Fornecedor; Devendo Estar de Acordo Com a Norma Vigente Nbr-9191/08 e Suas Alteracoes Posteriores;	Contabiliza 4897390 Compras 372843	201 - Pacote c/ 100 unidades	50	R\$ 32,90	R\$ 1.645,00
14	Pedra Sanitaria; Tipo Arredondada, com Suporte; Fragancia Floral,na Cor Azul; Composto de 98,99% de Paradicorobenzeno; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega; Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;	Contabiliza 178233 Compras 484680	1 - Unidade	50	R\$ 1,35	R\$ 67,50
	Escova para					

15	Limpeza; Sanitaria; Tipo Lavatina (vassourinha); Base de Latao; Diâmetro de 10,0 Cm; Com Cerdas Piacava (fibra Dura e Flexível de Palmeira); Sem Alca; Com o Cabo Em Madeira, formato Conico; Medida do Cabo 18cm; Na Cor Natural;	Contabiliza 3510336 Compras 333756	1 - Unidade	30	R\$ 6,85	R\$ 205,50
16	Escova para Limpeza; Geral; Modelo Oval; Base de Madeira Espessura 1,5cm; Base Medindo (13 x 7)cm; Com Cerdas Em Nylon Sintetico; Sem Alca; Sem Cabo; Na Cor Amarela; Minimo de 15 Cerdas Por Tufos;	Contabiliza 1583859 Compras 448502	1 - Unidade	50	R\$ 2,85	R\$ 142,50
17	Esponja para Limpeza; Tipo Dupla Face; Medindo 102x69x28mm; Com Formato Retangular; Com Bactericida; Na Cor Verde/amarela;	Contabiliza 1282816 Compras 481020	190 - Pacote c/ 4 unidades	50	R\$ 2,20	R\$ 110,00
18	Luva para Limpeza; Borracha de Latex Natural, norma Nbr-13393; Tamanho Grande; Com Revestimento Interno, reforçada, com Superfície Externa Antiderrapante;	Contabiliza 559040 Compras 264817	41 - Par	50	R\$ 2,05	R\$ 102,50
19	Pano de Limpeza; Composto de 100% Algodão Alvejado, tipo Saco Fechado; Medindo (50 x 70) cm; Com Variação de No Máximo 10% Nas Dimensões; Com Todas As Laterais Costuradas, sendo Que As Áreas Próximas As Costuras Deverão Ficar Lisas; Na Cor Branca; Acondicionado Em Sacos Plásticos;	Contabiliza 4295374 Compras 396308	1 - Unidade	50	R\$ 2,70	R\$ 135,00

20	Rodo; Com Cepa de Polipropileno de Alta Resistência Com Sistema de Rosca para Fixação do Cabo; Cepa Medindo 60cm; Borracha: Eva; Tipo de Borracha Dupla; Com Espessura 3,5 mm (+/-0,05mm); Cabo de Madeira; Medindo 120cm, Com Rosca; Gancho de Polipropileno;	Contabiliza 4450469 Compras 307414	1 - Unidade	50	R\$ 7,25	R\$ 362,50
21	Vassoura; Domestico; Propriedades Minimas: cepa Em Polipropileno; Medindo (4x21,5x3,5)cm; Com 66 Tufos; Contendo 30 Cerdas Por Tufo; Com Cerdas de Polipropileno (pet); Tipo Lisa; Cepa Pesando 240g; Cabo de Madeira Revestida de Polipropileno Medindo 120cm; Polietileno de Alta Densidade; Rosca Em Polietileno de Baixa Densidade;	Contabiliza 1750690 Compras 421695	1 - Unidade	50	R\$ 7,45	R\$ 372,50
22	Copo Descartavel; Polipropileno; Com Capacidade Minima para 50ml, Na Cor Branco Leitoso; Acondicionado Em Mangas, e Massa de Cada Copo Pesando No Minimo 0,75 gramas; Devera Constar Impresso Na Manga a Capacidade Total Da Massa de Copo e a Quantidade; Os Copos Devem Conter Gravado de Forma Indelevel: Em Relevo a Marca Ou Identificacao do Fabricante; Simbolo de Identificacao do Material P/ Reciclagem Conforme Nbr 13230/2008 e	Contabiliza 3798429 Compras 612246	36 - Cento	50	R\$ 2,40	R\$ 120,00

	Alteracoes Posteriores; Os Copos Deverao Estar Em Conformidade Com Certificacao Compulsoria Inmetro Nbr 14865 Vigente;					
23	Copo Descartavel; Poliestireno; Com Capacidade Minima para 180ml, Na Cor Branco Leitoso; Acondicionado Em Mangas, e Massa de Cada Copo Pesando No Minimo 1,62 gramas; Devera Constar Impresso Na Manga a Capacidade Total de Massa do Copo e a Quantidade; Os Copos Devem Conter Gravado de Forma Indelevel: Em Relevo a Marca Ou Identificacao do Fabricante; Simbolo de Identificacao do Material P/ Reciclagem Conforme Nbr 13230/2008 e Alteracoes Posteriores; Os Copos Deverao Estar Em Conformidade Com Certificacao Compulsoria Inmetro Nbr 14865 Vigente;	Contabiliza 3798380 Compras 326145	36 - Cento	100	R\$ 3,40	R\$ 340,00
24	Saco de Papel; Em Papel Manteiga, Semi Permeavel, Opaco (tipo Saco de Pipoca); Na Cor Branca, Acondicionado Em Embalagem Apropriada Quegaranta a Integridade do Produto; Medindo (12,5 x 7,5) Cm;	Contabiliza 5153727 Compras 446812	300 - Pacote c/ 500 unidades	20	R\$ 19,00	R\$ 380,00
	Saco Plastico para Embalagem; de Polietileno (pe); Medindo (12 x 15) cm; Com Espessura Minima					

25	de 8 Micra (em Cada Parede); Transparente; Sem Lacre; Isento de Materiais Estranhos, Ranhuras, Rebarbas e Furos; Rotulagem Adequada Com Nome do Fabricante, Data de Fabricacao, Validade, Quantidade, Dimensoes;	Contabiliza 4906683 Compras 460143	32 - Milheiro	10	R\$ 39,90	R\$ 399,00
26	Antisseptico Bucal; Composto Por Digluconato de Clorexidina a 0,12%, Com Xilitol; Sabor Menta, Isento de Alcool e de Lauril Sulfatode Sodio; Embalado Em Frasco Plastico Com Bico Ou Copo Dosador; Constando Externamente Marca Comercial, Procedencia de Fabricação, Recomendações, Validade e Instruções; Validade Minima de 01 Ano a Partir Da Entrega;	Contabiliza 4851595 Compras 341174	170 - Frasco 2 litros	3	R\$ 57,90	R\$ 173,70
27	Fio Dental; Encerado; Rolo Com 500m, Em Material Apropriado Que Garanta Integridade do Produto; Constando Externamente Marca Comercial, Procedencia de Fabricação e Validade Minima de 12 Meses Da Entrega;	Contabiliza 273511 Compras 415530	197 - Rolo 500 metros	5	R\$ 9,45	R\$ 47,25
	Saco para Coleta de Lixo Hospitalar; Confeccionado Em Polietileno de Baixa Densidade, para Condicionamento de Resíduos Infectantes Hospitalares; 75 Cm de Largura, 105 Cm de Altura,		201 -			

28	<p>Espessura 0,14 Mm; Branco Leitoso; Com Simbologia de Material Infectante, conforme Nbr 7500; 100 Litros; o Material Devera Estar Em Conformidade Com Abnt Nbr 9191/02, Com Apresentação de Laudo;</p>	<p>Contabiliza 2316234</p> <p>Compras 627701</p>	<p>Pacote c/ 100 unidades</p>	100	R\$ 22,55	R\$ 2.255,00
29	<p>Repelente; Em Spray, para Pele; Contem Ingrediente Ativo de Icaridina Ou Ir3535 Com Concentracao Entre 20 a 30%; Nivel de Protecao Minima de 4 Horas; para Uso Adultos e Crianças a Partir de 2 Anos; Contra Insetos e Carrapatos, Validade No Minimo de 12 Meses a Partir Da Data de Fabricacao; de Acordo Com a Legislacao Vigente e Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;</p>	<p>Contabiliza 5278619</p> <p>Compras 432411</p>	<p>116 - Frasco 200 mililitro</p>	30	R\$ 13,00	R\$ 390,00
30	<p>Protetor Solar; Fps Uva/uvb 50; Forma Farmaceutica Locao Oil Free; Com Repelente de Insetos Resistente à Água, Óleo, álcool e Livre Dep Aba (ácido 4-aminobenzoico); Forma de Apresentacao Frasco/bisnaga; Topica;</p>	<p>Contabiliza 6343694</p> <p>Compras 405888</p>	<p>1390 - Bisnaga 200 Mililitro</p>	50	R\$ 15,00	R\$ 750,00
	<p>Lixeira Em Polipropileno 15 l Tampa Acionada Por Pedal Na Cor Preta - Coletor Seletivo de Residuo; Em Polipropileno Alta Resistencia; Individual, Tipo Lixeira, Abertura Da Parte Superior; No Formato Retangular; Com</p>					

31	Tampa Acionada Por Pedal Atraves de Haste Metalica; Sem Rodas, Com Aro Superior para Travamento Da Boca do Saco de Lixo; Medindo Externamente Aproximadamente 40 x 30 x 30cm (a x l x P); Com Capacidade para 15 Litros; Na Cor Preta; Em Conformidade Com a Legislacao Vigente Aplicavel;	Contabiliza 5689139 Compras 443238	1 - Unidade	40	R\$ 38,90	R\$ 1.556,00
32	Saco Em Bobina P/embalagem; Em Polietileno; Medindo (30x40) cm; Com Picote; Suportando Ate 3kg; Com Espessura de 0,02 micras; Transparente;	Contabiliza 2149893 Compras 626876	3 - Quilograma	100	R\$ 23,00	R\$ 2.300,00
33	Fita Adesiva Cirurgica; Em Crepe; Branca; Com Massa Adesiva Antialergica a Base de Eter Sintetico; Tendo Uma Face Com Perfeita Aderencia; Medindo (1,6cm x 50m); Embalado Em Legislacao Atual Vigente;	Contabiliza 1060279 Compras 631802	1 - Unidade	50	R\$ 2,20	R\$ 110,00
34	Pulverizador Manual; de Polipropileno; Com Capacidade para 500ml; Tipo Garrafinha, Graduado; Rosca Com 2,8 Cm de Diametro; Com Valvula do Tipo Gatilho; Na Cor Branca;	Contabiliza 5249392 Compras 272254	1 - Unidade	30	R\$ 4,45	R\$ 133,50
35	Neutralizador de Odores; Frasco Aerossol; Composto de Etanol, Citrato de Monogliceridio, Butilato de Hidroxianisol, Corante, Perfume e Agua; Fragancia	Contabiliza 5362075 Compras 457804	2155 - Aerosol 360 mililitro	50	R\$ 10,00	R\$ 500,00

	Lavanda; Utilizado para Neutralizar / Eliminar Odores;					
36	Automatizador; Conjunto Automatizador, Movimentação Pivo Piston Super Single Analogica; Monofasico 220v; 1 /3 Hp; Abertura e Fechamento de Aproximadamente 17 Segundos; 60hz, Curso 550m; Acompanhado Com Acessórios de Modulos Temporizadores de Rele e Trava Block Mini 220v; Com Certificação do Inmetro	Contabiliza 4336950 Compras 224084	1 - Unidade	25	R\$ 720,65	R\$ 18.016,25
37	Peca de Reposicao para Motor Eletrico; Placa de Comando, Marca Ppa, P/ Conjunto Automatizador, Movimentacao Pivo Piston Potencia de 1 /2 H; Com Ajustes de Forca, Pausa, Torque e Rampa Atraves de Trimpots, fim de Curso Analogico Ou Digital	Contabiliza 4946995 Compras 632136	1 - Unidade	40	R\$ 58,87	R\$ 2.354,80
38	Peca de Reposicao para Motor Eletrico; Marca Ppa, Mod. Piston 1/3hp, Sensor Fim de Cursoreed Switch, C/ Fios de Duas Vias (700mm x 1800mm); Contendo Terminal C/ 3 Vias Em Uma Das Extremidades e 2 Imãs Nas Demais, Orginal do Fabricante	Contabiliza 4612140 Compras 345116	1 - Unidade	100	R\$ 25,00	R\$ 2.500,00
39	Botao de Comando; Pulsador, P/ Painel 22,5mm, Tecla Lisa Cor Preta, Aro Frontal Na Cor Preta; C/unidade de Contato 1na+1nf, Porca de Fixacao e Vedacao, Tipo 3a-720-11 Da Blindex	Contabiliza 3138550 Compras 318186	1 - Unidade	100	R\$ 8,05	R\$ 805,00
	Sinalizador; Frontal,					

40	para Furo No Painei Com Diametro de 22,5 mm, Aro Frontal Em Termoplastico Preto, Redondo; Lente Saliente Translucida Na Cor Vermelha, Fixacao Por Anel Rosqueavel; Embalagem Caixa de Papelão Individual	Contabiliza 4343794 Compras 601476	1 - Unidade	100	R\$ 9,99	R\$ 999,00
41	Sifao; de Pvc; Acabamento Na Cor Branca; do Tipo Tubo Extensivo; para Valvula de Descarga; Com Bitola de Entrada 1", 1 1/4" e 1 1/2", Saida Dn 38, Dn40, Dn 48 e Dn 50, Extensivel (37 a 85 Cm); Devendo Ser Entregue Com Conexao Rosqueavel	Contabiliza 6457118 Compras 611898	1 - Unidade	200	R\$ 5,37	R\$ 1.074,00
42	Lavatorio; de Polipropileno; Na Cor Branco; Tipo Lavatorio Sem Coluna; No Formato Retangular; Com Dimensoes Aproximadas de (36x26) Cm; Sem Furos para Torneiras; para Instalacao de Valvula de 1"; Fornecido Com Kit Completo para Fixacao	Contabiliza 4303504 Compras 622345	1 - Unidade	200	R\$ 18,52	R\$ 3.704,00
43	Peca de Reposicao para Luminaria; Chip para Refletor de Led; Corpo Em Liga de Aluminio Mm; Chip Medindo (25x25)mm, Dissipador Medindo (45x45)mm; Potencia de 50w, Tensao de Alimentacao de 24v; Temperatura de Cor de 6000k (branco Frio); Vida Util Minima de 50000 Horas;	Contabiliza 5067146 Compras 603989	1 - Unidade	200	R\$ 17,29	R\$ 3.458,00

	Garantia Mínima de 12 Meses; Conforme Normas Nbr/abnt e Inmetro Vigentes					
44	<p>Maquina para Pintura; Tipo: Airless; para Pintura Com Pistola; Rosca de Conexao Da Mangueira 1/4" Npsm, Cabo Eletrico de 2,50 Metros; Vazao Minima 2,2 Litros /min; Pressao de Saida de 3.000 Lbs /pol2 (psi); Potencia Minima 1,2 Hp / 900w; 220v, Frequencia 50 Hz /60 Hz; Bico Padrao, Leque de Abertura de 25 Cm a 30 Cm Eespessura de 0,43 Mm (0,017"); Peso Aproximado 15,5 Kg; para Tintas Latex e Esmalte a Base Sintetica, Base de Agua, e Tintas Automotivas; Com Tubo Extensor Aluminio de Aproximadamente 460mm, Mangueira C/ No Minimo 15 Metros; Com Manual de Instrucoes, Garantia Minima 12 Meses;</p>	<p>Contabiliza 5767679 Compras 602162</p>	1 - Unidade	1	R\$ 1.831,99	R\$ 1.831,99
45	<p>Motor Eletrico para Portao; Automatizador Deslizante - brushless Dc; Monofasico, 220v; Potencia Nominal Z14=300w /z18=350w; Velocidade Linear Z14=0,36m/s, Z18=0,47m/s; Kit de Instalação do Acionador do Motor, Central de Comando, 3 Cremalheiras de 1.50m; Massa Máx. Da Folha do Portão Minimo de 800 Kg -</p>	<p>Contabiliza 6136990 Compras 298594</p>	1 - Unidade	1	R\$ 1.348,76	R\$ 1.348,76

	Fim de Curso Híbrido; Com Garantia de 12 Meses					
46	Martelete; Corpo Em Metal e Plastico; Perfurador Rompedor,sistema de Encaixe Sds Plus; Minima de 850 Wats, 0 - 4000rpm; Energia de Impacto 3,2 Joules; 220 Volts; Aproximado de 2,8 Kg; Completo Com Todos Os Acessorios para U s o e Empunhadura Lateral; Manual Em Portugues e Certificado de Garantia Minima 12 Meses; Maleta para Transporte	Contabiliza 6176186 Compras 633369	1 - Unidade	2	R\$ 828,11	R\$ 1.656,22
47	Liquidificador; Tipo Industrial; Com Capacidade Minima para 10 Litros; Com Copo de Aco Inox Aisi 304,com Alca; Base de Aco Inox Aisi 304; Lamina Em Aco Inox; Tensao de Alimentacao 220 V; Com Velocidade; P e s Antederrapantes; Com Garantia Minima de 1 Ano Apos a Entrega do Equipamento; No Balcao; Com Certificacao Compulsoria do Inmetro;	Contabiliza 2253640 Compras 449465	1 - Unidade	1	R\$ 735,00	R\$ 735,00
48	Freezer Domestico; Dupla Funcao Freezer / Refrigerador, Com Duas Portas; Tipo Horizontal; Capacidade Minima 510 Litros; Na Cor Branca; Gabinete Externo e Interno Com Chapa de Aco; Medindo Aproximadamente (940 x 1470 x 780) mm=(axlxp); Consumo	Contabiliza 4578066	1 - Unidade	2	R\$ 3.350,00	R\$ 6.700,00

	Aproximado 85 Kwh /mes; 220v; Contendo 01 Grade, 4 Pes Com Rodizio, Dreno Frontal e Termostato No Painel Frontal; Com Garantia Minima de 12 Meses; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	Compras 445210				
49	Lavadora de Alta Pressao; Uso Intensivo (ate 20h Semanais); Pressao de Trabalho Maxima 2300 Psi; Vazao Minima 550 L/h; Motor a Inducao Eletrica, 220 Volts; Potencia do Motor 2500 W; Cabo Eletrico 5 Metros; Mangueira de Alimentacao de Trama de Aco; Mangueira de Alta Pressao 10 Metros; Pistola de Alta Pressao Com Conexao de Rosca M22; Pesando 24,5 Kg (bruto) Ou 18 Kg (peso Liquido); Acompanha: 1 Lanca de Inox Com Conexao Rapida Em Latao; 4 Bicos Com Conexao Rapida (0°, 15°, 25° e 40°); 1 Bico Turbo Com Conexao Rapida; 1 Mangueira de Alta Pressao Com 10 m de Trama de Aco; Bomba Axial Com Cabecote de Aluminio; Pistoes de Aco Inox; Cabo Eletrico de 5 Metros; Espigao para Conexao Da Mangueira; 2 Rodas para Transporte; Alca Ergonomica Retratil e Emborrachad; Com Garantia Minima de 12 Meses; Bomba Axial Com	Contabiliza 6431631 Compras 449867	1 - Unidade	1	R\$ 2.202,50	R\$ 2.202,50

	Cabecote de Alumínio; Pistões Deaco Inox; Sistema Stop Total; Gatilho Com Trava de Segurança; Filtro de Água; Espigão para Conexão Da Mangueira; Botão Liga e Desliga Ergonomico; Suporte para Acessórios;					
50	<p>Camera Digital; Dslr Com Conectividade Wifi e Bluetooth, Processador de Alta Sensibilidade e Desempenho Rapido; Resolucao de Sensor Cmos de No Minimo 24.1 Megapixels; Com Visor Tela Lcd Articulavel Touch de No Min. 3.0 Polegadas;</p> <p>Gravacao de Arquivo Em Imagens Estaticas: Jpeg,raw/ Filmes: Mp4 / Audio:aac; Sem Memoria; Compativel Com Cartao de Memoria Sd/sdhc/sdxc; Com Foco Com Tecnologia Dual Pixel Af; Ef-m 15-45mm, Compativel Com Lentes F/3.5-6.3 Is Stm; Embutido;</p> <p>Velocidade do Obturador de 1/4000 a 30 Segundos;</p> <p>Estabilizador de Imagens, Balanco de Branco Automatico, Registro de Data e Hora; Iso 100 a 25600 (ou Superior);</p> <p>Fornecida Com Fornecida Com Alca para Transporte, Cabo Usb, Bateria e Carregador de Bateria; Garantia Minima de No</p>	<p>Contabiliza 6187145</p> <p>Compras 621512</p>	1 - Unidade	2	R\$ 4.702,48	R\$ 9.404,96

Minimo 12 Meses; Manual Em Em Portugues					
---	--	--	--	--	--

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como *comum*, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias, contados da emissão da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.6. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. Os materiais adquiridos (Saneantes e Produtos de Limpeza Pesada (líquidos e pós), Higiene Pessoal e Proteção Coletiva, Utensílios, Ferramentas de Zeladoria e Descarte, Materiais de Copa, Descartáveis e Embalagens, Automação e Controle de Acessos (Portões e Portas), Hidráulica e Sanitários, Iluminação e Elétrica, Ferramentas e Equipamentos Especiais, Liquidificador Industrial, Freezer Doméstico, Lavadora de Alta Pressão e Câmeras Fotográficas) deverão ser fornecidos em conformidade com padrões de qualidade e durabilidade, reduzindo a necessidade de reposições frequentes e contribuindo para o uso racional dos recursos públicos.

4.1.2. As embalagens utilizadas no transporte e acondicionamento deverão ser destinadas de forma ambientalmente adequada, preferencialmente por meio de reciclagem ou reaproveitamento, minimizando a geração de resíduos sólidos e os impactos ambientais decorrentes da contratação.

Garantia da contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados da emissão da Nota de Empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rodovia SP-284 KM 487 + 596 mts, Sapezal, Paraguaçu Paulista/SP CEP: 19702-900, em dias úteis, no horário de funcionamento da unidade requisitante, salvo se houver necessidade emergencial devidamente justificada pela Administração.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotarà os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de *02 (dois)* dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de *05 (cinco)* dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. No caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 02 (dois) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.14. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.20.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. *O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.*

8. FORMA E CRITÉRIOS

DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. *O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.*

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será *com entrega parcelada*.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. Pessoa física: *cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;*

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: *Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;*

8.7. Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas *ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso*;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214 de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, [e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN,] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

Outras comprovações

8.23. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.23.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.23.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.23.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.23.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.23.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.23.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.23.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação é de **R\$ 99.272,93 (noventa e nove mil, duzentos e setenta e dois reais e noventa e três centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 00001/380203 - Penitenciária de Paraguaçu Paulista;

II) Fonte de Recursos: 150010001 - Tesouro;

III) Programas de Trabalho: 10302381561420000 – PROVISAO DE SERVICOS DE ATENCAO A SAUDE; 14421381561390000 – SERV. ATENCAO CUSTODIA PPL.; 14421381561670000 – CONSERVACAO, MODERNIZACAO UPS/SEDES;

IV) Elementos de Despesa: 339030-13 – Material e Utensílios para Refeitório, Copa e Cozinha; 339030-14 – Material de Limpeza; 339030-15 – Artigos de Higiene Pessoal; 339030-16 – Material de Acondicionamento e Embalagem; 339030-31 – Material Médico, Hospitalar e Odontológico; 339030-50 – Peças de Reposição e Acessórios; 339030-52 – Material para Conservação e Manutenção de Imóveis; 339030-54 – Material para Instalação Elétrica e Eletrônica; 339030-90 – Outros Materiais de Consumo.

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DEBORAH MENEZES ROKS DE ALMEIDA

Oficial Administrativo



Assinou eletronicamente em 09/06/2026 às 12:55:46.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP380203_000009_2026.pdf (362.09 KB)

ESP-PENIT. DE PARAGUACU PTA

Estudo Técnico Preliminar 9/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 006.00239445/2026-66

2. Descrição da necessidade

Aquisição de **itens diversos (saneantes, manutenção e outros equipamentos)** para esta Unidade Prisional.

Os itens a serem adquiridos, englobando materiais de higiene e saneantes, insumos hidráulicos, componentes de automação e equipamentos de manutenção, serão utilizados diariamente para atender às necessidades básicas de salubridade e infraestrutura desta Unidade Prisional, garantindo condições adequadas de dignidade, saúde e segurança, além de contribuir diretamente para a conservação predial e para a manutenção da ordem e da rotina institucional.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Serviço de Assistência à Saúde	JULIANA BERGAMINI MARTINS
Núcleo de Infraestrutura e Logística	GUSTAVO DIEGO ALVES
Seção de Formação Educacional, Trabalho e Capacitação Profissional	LIOBINO ALVES DE BRITO NETO
Centro de Segurança e Disciplina	LUIZ HENRIQUE DE FREITAS

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

1. Objetivo da Contratação

Contratar o fornecimento de itens diversos, englobando materiais de higiene e saneantes, insumos hidráulicos, componentes de automação e equipamentos de manutenção predial, destinados ao atendimento das necessidades básicas de salubridade e infraestrutura da Penitenciária de Paraguaçu Paulista, garantindo abastecimento contínuo, seguro e adequado às demandas operacionais e de segurança da unidade prisional.

2. Requisitos Técnicos

- **Capacidade de Fornecimento:** O fornecedor deve atender integralmente à demanda da unidade, assegurando o fornecimento regular e suficiente para o uso diário e cronogramas de manutenção.
- **Qualidade dos Produtos:** Os itens fornecidos devem atender aos padrões de qualidade e segurança estabelecidos pela legislação vigente, estar novos, sem defeitos, próprios para uso, dentro do prazo de validade (quando aplicável) e em estrita conformidade com as normas técnicas (ABNT) e sanitárias aplicáveis.
- **Sistema de Entrega:** O fornecedor deve dispor de logística eficiente e segura, garantindo que os materiais e maquinários sejam entregues conforme cronograma e especificações estabelecidas.

3. Requisitos Operacionais

- **Transporte e Armazenamento:** Os produtos deverão ser transportados em condições adequadas de acondicionamento, higiene e conservação, de forma a preservar sua integridade, integridade estrutural e qualidade técnica até a efetiva entrega e recebimento.
- **Equipe Capacitada:** A equipe responsável pela entrega deve estar devidamente identificada e treinada para o manuseio e transporte dos materiais e ferramentas pesadas, assegurando conformidade com as normas vigentes de segurança do trabalho e segurança orgânica da unidade prisional.

4. Requisitos Administrativos

- **Documentação:** O fornecedor deve apresentar toda a documentação de habilitação exigida pela legislação de regência, incluindo alvarás de funcionamento, licenças sanitárias (para os saneantes) e certidões de regularidade fiscal solicitadas pelo contratante.
- **Prazo de Entrega/Execução:** 30 (trinta) dias.

5. Requisitos de Atendimento e Suporte

- **Atendimento ao Cliente:** O fornecedor deve disponibilizar canal de comunicação ágil para esclarecimento de dúvidas, substituição imediata de itens com vício de fabricação e resolução de demandas relacionadas ao fornecimento dos materiais e equipamentos.

Condições Gerais

- A contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.
- Não haverá exigência de amostras.
- Não haverá exigência de garantia da contratação, conforme artigo 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.
- Não há necessidade de avaliação prévia do local, por tratar-se estritamente de fornecimento/entrega de bens, e não de execução de serviços de engenharia.
- Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, nos termos do Decreto Estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.
- O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme artigo 20 da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.
- Conforme art. 95 da Lei nº 14.133/2021, a presente contratação será formalizada por Nota de Empenho.
- Os produtos deverão ser transportados de forma a garantir perfeita condição de uso até a entrega.
- O horário de entrega será das 08h00 às 16h00, com intervalo das 12h00 às 13h00, no endereço: Rodovia SP-284, km 487 + 596m, s/nº, Sapezal, CEP 19702-900, Paraguaçu Paulista/SP.

5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado para o presente Estudo Técnico Preliminar foi realizado **no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP/Compras.gov.br)**, sendo considerado o valor mediano identificado.

6. Descrição da solução como um todo

Considerando que o **Decreto nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023**, que dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência, estabelece em seu inciso III, do art. 6º, que na descrição da solução como um todo deve ser considerado **todo o ciclo de vida do objeto** e, quando aplicável, as determinações do § 4º do art. 5º do **Decreto nº 68.017, de 11 de outubro de 2023**.

Considerando ainda que o **Decreto nº 68.017, de 11 de outubro de 2023**, que dispõe sobre a elaboração de Estudos Técnicos Preliminares, define em seu § 4º, do art. 5º:

"Na elaboração do ETP, para a definição do menor dispêndio, poderá ser realizado levantamento do custo total da solução, por meio da obtenção dos custos indiretos, relacionados com as despesas de manutenção, garantia técnica estendida, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental do objeto licitado, entre outros fatores vinculados ao ciclo de vida de cada solução."

Neste contexto, considerando as informações constantes no item 5, resta comprovado que a melhor solução é a Saneantes e Produtos de Limpeza Pesada (líquidos e pós), Higiene Pessoal e Proteção Coletiva, Utensílios, Ferramentas de Zeladoria e Descarte, Materiais de Copa, Descartáveis e Embalagens, Automação e Controle de Acessos (Portões e Portas), Hidráulica e Sanitários, Iluminação e Elétrica, Ferramentas e Equipamentos Especiais, Liquidificador Industrial, Freezer Doméstico, Lavadora de Alta Pressão e Câmeras Fotográficas para esta Unidade Prisional.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A aquisição de materiais destinados ao atendimento das necessidades básicas dos privados de liberdade desta Unidade Prisional é indispensável para a continuidade das atividades administrativas e operacionais, bem como para a manutenção da dignidade, saúde e bem-estar da população custodiada, conforme demonstrado nas tabelas apresentadas abaixo:

Item	Descrição	Qtde	Unid. Fornec.
01	Água Sanitária; Solução Aquosa; Acondicionado de Forma Adequada; Teor de Cloro Ativo Hipoclorito de Sódio e Água, c/ Teor de Cloro Ativo de 2,0% a 2,5% P/p, Produto a Base de Cloro; Sem Aromatizante Com Validade de No Mínimo 6 Meses Apartir Da Data de Fabricação; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega; Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;	250	246 - Galão 5 litros
02	Desinfetante; Categoria Básica Restrita Ao Uso Diluído Em Água 1:200, Líquido Concentrado; Princípio Ativo Cloreto de Alquil Dimetil Benzil Amonio a 4,0%; Composição Básica Não Inflamável, Enxaguável, Não Corrosivo; para Desinfecção de Superfícies e Odorização de Ambientes; Composição Aromática Cor Incolor a Amarelado, Odor Característico; Conforme Rdc 14/07 Anvisa/ms; Produto Seito a Verificação No Ato Da Entrega;	500	28 - Frasco 1 litro
03	Desinfetante; Categoria Básica Restrita Ao Uso Puro; Princípio Ativo Cloreto Alquil Benzil Amonio; Composição Básica Monil Fenol, etoxilado, óleo de Eucalipto, essência; e Outras Substâncias Químicas Permitidas; Composição Aromática Eucalipto; Validade Mínima de 24 Meses; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega; Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;	1000	28 - Frasco 1 litro
04	Detergente Em Po; Princípio Ativo Composto Da Associação de Alcalinizantes e Tensoativos; Composto de Tensoativos Anionicos, Alcalinizantes e Fosfato Trissódico; Teor de Ativos de No Mínimo de 5%; Pigmentos Inexistentes; para Limpeza de Materiais de Laboratórios; Acondicionado Em Frasco Contendo 1 Kg; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega; e Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;	1500	404 - Saco 1 quilo
05	Detergente Líquido; Princípio Ativo Linear Alquil Benzeno, sulfonato de Sódio, teor Mínimo de 6%; Composição Básica Tensoativos: anionicos, não iônicos, coadjuvante; Preservantes, sequestrante, espessante, fragâncias e Outras Substâncias Químicas Permitidas; Valor do Ph Entre 6,0 e 8,0, solução a 1% P/p; Composição Aromática Neutro, incolor, com Validade 3 Anos; Acondicionado de Forma Adequada; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega; Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;	2500	120 - Frasco 500 ml
06	Limpador Multiuso Doméstico; Líquido, Azul; Composto de Linear Alquilbenzeno Sulfonato de Sódio; Alcalinizante, Sequestrante, Eter Glicólico, Alcool, Perfume e Água; Com Bico Pescante e Orifício de Saída; Tensoativo Não Iônico, Com Validade de 3 Anos; Embalado Em Frasco Plástico; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega; Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;	250	120 - Frasco 500 mililitro
07	Sabão Em Barra; Composição Básica Carbonato de Sódio, dióxido de Titânio, glicerina; Corante e Outras Substâncias Químicas Permitidas; Especificações Ph 11=11,5 máximo, alcalinidade Livre: máximo 0,5% p/p; de Glicerina; Na Cor Amarela; Embalado Em Saco Plástico, com Validade 2 Anos; Registro e Laudo Analítico do Fabricante; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega; Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;	250	260 - Pacote c/ 5 unidades
08	Papel Toalha; Bobina; Folha Simples; Medindo 20 Cm x 200 Metros; Sem Impurezas, não Reciclado; Alvura Superior a 85% Conforme Norma Iso; Absorção de 3.0 a 4.5 S; Branca; Em Embalagem Adequada;	50	65 - Caixa c/ 6 unidades
09	Toalha de Papel-folha Dupla; Classe Material de Consumo; Na Cor Branca; Alvura Iso 90 a 100%; Resistência a Tração a Umido Ponderada 700gf/15mm Aproximadamente; Quantidade de Pintas Aproximadamente 2 Mm²/m²; Capacidade de Absorção de Água Abnt Nbr 15004; Tempo de Absorção de Água Abnt 15004; Resistência a Tração Umido (direção de Fabricação) Abnt 15134; Não Causa Irritações Dêrmicas; Conforme Norma Abnt Nbr 15134 15004;	350	505 - Pacote c/ 1.000

	Característica Complementares: Materia Prima 100 % Fibras Celulosicas Virgem; Dimensao Da Folha 23 Cm de Comprimento Por 21 Cm de Largura, Aproximadamente; Numero de Folhas 03 Dobras; Rotulagem Contendo: C/identificacao Da Classe, Descricao,marca,tamanho; Nome do Fabricante e Fantasia, Cnpj; E-mail e Telefone do Sac;		unidades
10	Sabonete; Liquido,cremoso; Floral,cor Azul,ph Neutro; para Higiene Das Maos; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega; Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;	40	44 - Bombona 5 litros
11	Alcool Etílico para Limpeza; Com Teor Alcoólico 70 Gl - Liquido; Embalado Em Frasco Plastico; Produto Sujeito a Verificacao, No Ato Da Entrega; Aos Procedimentos Determinados Pela Anvisa;	100	28 - Frasco 1 litro
12	Saco de Lixo de Coleta Seletiva; de Polietileno (pe) Com Solda Continua, Homogenea e Uniforme,fundo Reto; Medindo: Altura Minimo 80cm; Largura 63cm (tolerancia +/-1cm); Capacidade 50 Litros (10 Kg); Na Cor Azul; Acondicionado Em Embalagem Com Identificacao do Produto e Fornecedor; Devendo Estar de Acordo Com a Norma Vigente Nbr-9191/08 e Suas Alteracoes Posteriores;	50	201 - Pacote c/ 100 unidades
13	Saco de Lixo de Coleta Seletiva; de Polietileno (pe) Com Solda Continua, Homogenea e Uniforme,fundo Reto; Medindo: Altura Minimo 105cm; Largura 75cm (tolerancia +/-1cm); Capacidade 100 Litros(20 Kg); Na Cor Azul; Acondicionado Em Embalagem Com Identificacao do Produto e Fornecedor; Devendo Estar de Acordo Com a Norma Vigente Nbr-9191/08 e Suas Alteracoes Posteriores;	50	201 - Pacote c/ 100 unidades

14	Pedra Sanitaria; Tipo Arredondada, com Suporte; Fragancia Floral, na Cor Azul; Composto de 98,99% de Paradicorobenzeno; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega; Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;	50	1 - Unidade
15	Escova para Limpeza; Sanitaria; Tipo Lavatina (vassourinha); Base de Latao; Diametro de 10,0 Cm; Com Cerdas Piacava (fibra Dura e Flexivel de Palmeira); Sem Alca; Com o Cabo Em Madeira, formato Conico; Medida do Cabo 18cm; Na Cor Natural;	30	1 - Unidade
16	Escova para Limpeza; Geral; Modelo Oval; Base de Madeira Espessura 1,5cm; Base Medindo (13 x 7)cm; Com Cerdas Em Nylon Sintetico; Sem Alca; Sem Cabo; Na Cor Amarela; Minimo de 15 Cerdas Por Tufos;	50	1 - Unidade
17	Esponja para Limpeza; Tipo Dupla Face; Medindo 102x69x28mm; Com Formato Retangular; Com Bactericida; Na Cor Verde/amarela;	50	190 - Pacote c/ 4 unidades
18	Luva para Limpeza; Borracha de Latex Natural, norma Nbr-13393; Tamanho Grande; Com Revestimento Interno, reforcada, com Superficie Externa Antiderrapante;	50	41 - Par
19	Pano de Limpeza; Composto de 100% Algodao Alvejado, tipo Saco Fechado; Medindo (50 x 70)cm; Com Variacao de No Maximo 10% Nas Dimensoes; Com Todas As Laterais Costuradas, sendo Que As Areas Proximas As Costuras Deverao Ficar Lisas; Na Cor Branca; Acondicionado Em Sacos Plasticos;	50	1 - Unidade
20	Rodo; Com Cepa de Polipropileno de Alta Resistência Com Sistema de Rosca para Fixacao do Cabo; Cepa Medindo 60cm; Borracha: Eva; Tipo de Borracha Dupla; Com Espessura 3,5mm (+/-0,05mm); Cabo de Madeira; Medindo 120cm, Com Rosca; Gancho de Polipropileno;	50	1 - Unidade
21	Vassoura; Domestico; Propriedades Minimas: cepa Em Polipropileno; Medindo (4x21,5x3,5)cm; Com 66 Tufos; Contendo 30 Cerdas Por Tufo; Com Cerdas de Polipropileno (pet); Tipo Lisa; Cepa Pesando 240g; Cabo de Madeira Revestida de Polipropileno Medindo 120cm; Polietileno de Alta Densidade; Rosca Em Polietileno de Baixa Densidade;	50	1 - Unidade
22	Copo Descartavel; Polipropileno; Com Capacidade Minima para 50ml, Na Cor Branco Leitoso; Acondicionado Em Mangas, e Massa de Cada Copo Pesando No Minimo 0,75gramas; Devera Constar Impresso Na Manga a Capacidade Total Da Massa de Copo e a Quantidade; Os Copos Devem Conter Gravado de Forma Indelevel: Em Relevô a Marca Ou Identificacao do Fabricante; Simbolo de Identificacao do Material P/ Reciclagem Conforme Nbr 13230/2008 e Alteracoes Posteriores; Os Copos Deverao Estar Em Conformidade Com Certificacao Compulsoria Inmetro Nbr 14865 Vigente;	50	36 - Cento
	Copo Descartavel; Poliestireno; Com Capacidade Minima para 180ml, Na Cor Branco Leitoso; Acondicionado Em Mangas, e Massa de Cada Copo Pesando No		

23	Minimo 1,62gramas; Devera Constar Impresso Na Manga a Capacidade Total de Massa do Copo e a Quantidade; Os Copos Devem Conter Gravado de Forma Indelevel: Em Relevo a Marca Ou Identificacao do Fabricante; Simbolo de Identificacao do Material P/ Reciclagem Conforme Nbr 13230/2008 e Alteracoes Posteriores; Os Copos Deverao Estar Em Conformidade Com Certificacao Compulsoria Inmetro Nbr 14865 Vigente;	100	36 - Cento
24	Saco de Papel; Em Papel Manteiga, Semi Permeavel, Opaco (tipo Saco de Pipoca); Na Cor Branca, Acondicionado Em Embalagem Apropriada Quegaranta a Integridade do Produto; Medindo (12,5 x 7,5) Cm;	20	300 - Pacote c/ 500 unidades
25	Saco Plastico para Embalagem; de Polietileno (pe); Medindo (12 x 15)cm; Com Espessura Minima de 8 Micra (em Cada Parede); Transparente; Sem Lacre; Isento de Materiais Estranhos, Ranhuras, Rebarbas e Furos; Rotulagem Adequada Com Nome do Fabricante, Data de Fabricacao, Validade, Quantidade, Dimensoes;	10	32 - Milheiro
26	Antisseptico Bucal; Composto Por Digluconato de Clorexidina a 0,12%, Com Xilitol; Sabor Menta, Isento de Alcool e de Lauril Sulfatode Sodio; Embalado Em Frasco Plastico Com Bico Ou Copo Dosador; Constando Externamente Marca Comercial, Procedencia de Fabricação, Recomendacoes, Validade e Instruções; Validade Minima de 01 Ano a Partir Da Entrega;	3	170 - Frasco 2 litros

27	Fio Dental; Encerado; Rolo Com 500m, Em Material Adequado Que Garanta Integridade do Produto; Constando Externamente Marca Comercial, Procedencia de Fabricação e Validade Mínima de 12 Meses Da Entrega;	5	197 - Rolo 500 metros
28	Saco para Coleta de Lixo Hospitalar; Confeccionado Em Polietileno de Baixa Densidade, para Condicionamento de Resíduos Infectantes Hospitalares; 75 Cm de Largura, 105 Cm de Altura, Espessura 0,14 Mm; Branco Leitoso; Com Simbologia de Material Infectante, conforme Nbr 7500; 100 Litros; o Material Devera Estar Em Conformidade Com Abnt Nbr 9191/02, Com Apresentação de Laudo;	100	201 - Pacote c/ 100 unidades
29	Repelente; Em Spray, para Pele; Contem Ingrediente Ativo de Icaridina Ou Ir3535 Com Concentracao Entre 20 a 30%; Nivel de Protecao Minima de 4 Horas; para Uso Adultos e Crianças a Partir de 2 Anos; Contra Insetos e Carrapatos, Validade No Minimo de 12 Meses a Partir Da Data de Fabricacao; de Acordo Com a Legislacao Vigente e Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;	30	116 - Frasco 200 mililitro
30	Protetor Solar; Fps Uva/uvb 50; Forma Farmaceutica Locao Oil Free; Com Repelente de Insetos Resistente à Água, Óleo, álcool e Livre Dep Aba (ácido 4-aminobenzoico); Forma de Apresentacao Frasco/bisnaga; Topica;	50	1390 - Bisnaga 200 Mililitro
31	Lixeira Em Polipropileno 15 l Tampa Acionada Por Pedal Na Cor Preta - Coletor Seletivo de Residuo; Em Polipropileno Alta Resistencia; Individual, Tipo Lixeira, Abertura Da Parte Superior; No Formato Retangular; Com Tampa Acionada Por Pedal Atraves de Haste Metalica; Sem Rodas, Com Aro Superior para Travamento Da Boca do Saco de Lixo; Medindo Externamente Aproximadamente 40 x 30 x 30cm (a x l x P); Com Capacidade para 15 Litros; Na Cor Preta; Em Conformidade Com a Legislacao Vigente Aplicavel;	40	1 - Unidade
32	Saco Em Bobina P/embalagem; Em Polietileno; Medindo (30x40)cm; Com Picote; Suportando Ate 3kg; Com Espessura de 0,02micras; Transparente;	100	3 - Quilograma
33	Fita Adesiva Cirurgica; Em Crepe; Branca; Com Massa Adesiva Antialergica a Base de Eter Sintetico; Tendo Uma Face Com Perfeita Aderencia; Medindo (1,6cm x 50m); Embalado Em Legislacao Atual Vigente;	50	1 - Unidade
34	Pulverizador Manual; de Polipropileno; Com Capacidade para 500ml; Tipo Garrafinha, Graduado; Rosca Com 2,8 Cm de Diametro; Com Valvula do Tipo Gatilho; Na Cor Branca;	30	1 - Unidade
35	Neutralizador de Odores; Frasco Aerossol; Composto de Etanol, Citrato de Monogliceridio, Butilato de Hidroxianisol, Corante, Perfume e Agua; Fragancia Lavanda; Utilizado para Neutralizar / Eliminar Odores;	50	2155 - Aerosol 360 mililitro

36	Automatizador Sociais Conjunto Automatizador, 220 V, 1/3 Hp, 60 Hz	25	1 - Unidade
37	Peca de Reposicao para Motor Eletrico, Placa de Comando	40	1 - Unidade
38	Peca de Reposicao P/ Motor Eletrico, Sensor Fim de Curso, 1/3hp, PPA	100	1 - Unidade
39	Botao de Comando, Pulsador, Preto	100	1 - Unidade

40	Sinalizador Frontal para Paineis, 22, 5mm, Preto, Lente Vermelha	100	1 - Unidade
41	Sifão de Pvc, Branca, Cor Branca, Bitola de Entrada: 1", 1 1/4", 1 1/2"	200	1 - Unidade
42	Lavatório; de Polipropileno; Na Cor Branco; Tipo Lavatório Sem Coluna; No Formato Retangular; Com Dimensões Aproximadas de (36x26) Cm; Sem Furos para Torneiras; para Instalação de Válvula de 1"; Fornecido Com Kit Completo para Fixação	200	1 - Unidade
43	Módulo Eletrônico Tipo: Chip Led	200	1 - Unidade
44	Máquina para Pintura; Tipo: Airless; para Pintura Com Pistola; Rosca de Conexão Da Mangueira 1/4" Npsm, Cabo Elétrico de 2,50 Metros; Vazão Mínima 2,2 Litros/min; Pressão de Saída de 3.000 Lbs/pol2 (psi); Potência Mínima 1,2 Hp / 900w; 220v, Frequência 50 Hz/60 Hz; Bico Padrão, Leque de Abertura de 25 Cm a 30 Cm Espessura de 0,43 Mm (0,017"); Peso Aproximado 15,5 Kg; para Tintas Latex e Esmalte a Base Sintética, Base de Água, e Tintas Automotivas; Com Tubo Extensor Alumínio de Aproximadamente 460mm, Mangueira C/ No Mínimo 15 Metros; Com Manual de Instruções, Garantia Mínima 12 Meses;	1	1 - Unidade
45	Automatizador Portão Tipo: Gdc/Deslizante	1	1 - Unidade
46	Martelete Tipo: Rotativo Com Encaixe Sds-Plus	2	1 - Unidade
47	Liquidificador; Tipo Industrial; Com Capacidade Mínima para 10 Litros; Com Copo de Aço Inox Aisi 304, com Alça; Base de Aço Inox Aisi 304; Lâmina Em Aço Inox; Tensão de Alimentação 220 V; Com Velocidade; Pes Antederrapantes; Com Garantia Mínima de 1 Ano Após a Entrega do Equipamento; No Balcão; Com Certificação Compulsória do Inmetro;	1	1 - Unidade
48	Freezer Doméstico; Dupla Função Freezer / Refrigerador, Com Duas Portas; Tipo Horizontal; Capacidade Mínima 510 Litros; Na Cor Branca; Gabinete Externo e Interno Com Chapa de Aço; Medindo Aproximadamente (940 x 1470 x 780)mm= (a x l x p); Consumo Aproximado 85 Kwh/mes; 220v; Contendo 01 Grade, 4 Pes Com Rodízio, Dreno Frontal e Termostato No Paineis Frontais; Com Garantia Mínima de 12 Meses; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	2	1 - Unidade
	Lavadora de Alta Pressão; Uso Intensivo (até 20h Semanais); Pressão de		

49	Trabalho Maxima 2300 Psi; Vazao Minima 550 L/h; Motor a Inducao Eletrica, 220 Volts; Potencia do Motor 2500 W; Cabo Eletrico 5 Metros; Mangueira de Alimentacao de Trama de Aco; Mangueira de Alta Pressao 10 Metros; Pistola de Alta Pressao Com Conexao de Rosca M22; Pesando 24,5 Kg (bruto) Ou 18 Kg (peso Liquido); Acompanha: 1 Lanca de Inox Com Conexao Rapida Em Latao; 4 Bicos Com Conexao Rapida (0°, 15°, 25° e 40°); 1 Bico Turbo Com Conexao Rapida; 1 Mangueira de Alta Pressao Com 10 m de Trama de Aco; Bomba Axial Com Cabecote de Aluminio; Pistoes de Aco Inox; Cabo Eletrico de 5 Metros; Espigao para Conexao Da Mangueira; 2 Rodas para Transporte; Alca Ergonomica Retratil e Emborrachad; Com Garantia Minima de 12 Meses; Bomba Axial Com Cabecote de Aluminio; Pistoes Deaco Inox; Sistema Stop Total; Gatilho Com Trava de Seguranca; Filtro de Agua; Espigao para Conexao Da Mangueira; Botao Liga e Desliga Ergonomico; Suporte para Acessorios;	1	1 - Unidade
50	Camera Digital, Dslr Com Conectividade Wifi e Bluetooth	2	1 - Unidade

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 99.272,93

O preço referencial de cada item foi apurado por meio do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), resultando em um valor total estimado de **R\$ 99.272,93 (noventa e nove mil, duzentos e setenta e dois reais e noventa e três centavos)**.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Vantagens da Entrega Única

- **Eficiência Logística:** A entrega única concentra todo o fornecimento em um só momento, reduzindo custos operacionais de transporte e simplificando o processo de conferência e recebimento pela unidade prisional.
- **Agilidade no Abastecimento:** Com todos os itens entregues de uma só vez, garante-se o atendimento imediato das demandas de conservação predial e saneamento básico, sem risco de desabastecimento por longo período, até que ocorra um novo ciclo de aquisição.
- **Facilidade de Controle:** A entrega única permite maior precisão no controle de almoxarifado e estoque, já que todos os materiais (saneantes, insumos hidráulicos, componentes de automação e equipamentos) são recebidos e catalogados em conjunto, facilitando a gestão interna.
- **Segurança Administrativa:** A concentração da entrega reduz drasticamente a circulação de veículos externos de fornecedores na unidade e diminui a possibilidade de falhas ou atrasos logísticos, assegurando que o setor de manutenção e a hotelaria tenham acesso contínuo aos itens essenciais.
- **Planejamento Financeiro:** O processamento do pagamento referente à entrega única possibilita uma melhor organização e liquidação orçamentária em parcela integral, eliminando a necessidade de empenhos ou desembolsos fracionados e periódicos.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas ou interdependentes que influenciem a viabilidade desta demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação em tela encontra-se devidamente alinhada ao Plano de Contratações Anuais (PCA) para o exercício de 2026, conforme contratação nº 380203-39/2026.

A presente demanda atende às necessidades administrativas da unidade prisional e está em conformidade com os instrumentos de planejamento institucional, assegurando coerência e integração com as diretrizes estabelecidas.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os benefícios oriundos da contratação deste processo consistem em assegurar que não haja interrupção no fornecimento de roupas, calçados, utensílios (colher, copo, prato) e materiais de higiene e limpeza, uma vez que se tratam de itens essenciais para o atendimento das necessidades básicas da população custodiada e para o bom funcionamento das rotinas administrativas e operacionais da Unidade Prisional.

- **Eficiência no Fornecimento:** Garantia de entrega conforme cronograma estabelecido, evitando o desabastecimento de itens de consumo diário e assegurando a pronta disponibilidade de ferramentas e equipamentos necessários para as manutenções corretivas e preventivas.
- **Segurança, Automação e Vigilância:** Fortalecimento do controle de acessos da unidade por meio de materiais para portões e portas, garantia de registro visual com as câmeras fotográficas e manutenção da ordem operacional através de ferramentas especiais.
- **Dignidade, Higiene e Saúde:** Promoção de condições adequadas de salubridade para servidores e custodiados, mediante o fornecimento contínuo de produtos de limpeza pesada, higiene pessoal, descartáveis e itens de proteção coletiva, mitigando riscos biológicos e sanitários.
- **Estrutura, Alimentação e Logística:** Modernização e suporte à cozinha e refeitórios com a introdução do liquidificador industrial, freezer doméstico e materiais de copa/utensílios, além de garantir a subsistência predial com materiais hidráulicos e de iluminação.
- **Economia e Otimização de Recursos:** A contratação planejada permite melhor previsibilidade orçamentária, ganho de escala na aquisição de lotes diversos e redução de custos logísticos, otimizando a aplicação do erário.
- **Transparência e Responsabilidade:** O processo licitatório assegura a ampla competitividade, isonomia entre os fornecedores e total transparência no uso dos recursos públicos, alinhando a administração do estabelecimento prisional às melhores práticas de governança.

13. Providências a serem Adotadas

A contratação será fiscalizada pelo responsável designado, que possui competência para exercer tal função. As empresas vencedoras terão o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da emissão da Nota de Empenho, para realizarem a entrega única dos materiais, garantindo que o fornecimento atenda plenamente às necessidades básicas e operacionais deste Estabelecimento Penal, assegurando condições adequadas de dignidade, saúde e bem-estar da população custodiada.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Principais Impactos Ambientais Potenciais

- **Logística e Emissões Atmosféricas:** O deslocamento de veículos para a entrega dos lotes de materiais e equipamentos gera emissões de gases de efeito estufa (\$CO_2\$, \$NO_x\$ e material particulado), o que requer o planejamento de rotas otimizadas para mitigar o impacto no transporte.
- **Armazenamento e Risco Químico:** Falhas no armazenamento de saneantes e produtos de limpeza pesada (líquidos e pós) podem resultar em vazamentos ou na deterioração dos componentes químicos, gerando riscos de contaminação local e perda de eficácia dos insumos.
- **Geração de Resíduos Sólidos e Logística Reversa:** O volume de embalagens plásticas, caixas de papelão, sacarias e descartáveis gera resíduos que demandam destinação correta. Além disso, a substituição de materiais de iluminação (lâmpadas), elétrica e automação exige descarte especializado para evitar a contaminação por metais pesados.
- **Impacto Sanitário e Recursos Hídricos:** O uso inadequado ou o descarte incorreto de saneantes pesados, restos de materiais hidráulicos e produtos de higiene pessoal podem comprometer a rede de esgoto e as galerias pluviais da unidade, gerando riscos de contaminação do solo e da água.
- **Descarte de Eletroeletrônicos (Lixo Eletrônico):** A futura substituição ou obsolescência dos equipamentos adquiridos (liquidificador industrial, freezer, lavadora de alta pressão e câmeras fotográficas) implicará na geração de resíduos eletroeletrônicos, os quais demandam triagem e descarte em conformidade com as normas ambientais vigentes para evitar danos ambientais crônicos.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara a **viabilidade técnica, operacional e jurídica** da presente contratação, fundamentada nos seguintes aspectos extraídos deste Estudo Técnico Preliminar:

- **Necessidade e Interesse Público:** A aquisição de saneantes, materiais de higiene pessoal, descartáveis, utensílios e ferramentas de zeladoria é indispensável para garantir as condições básicas de salubridade, dignidade e saúde da população custodiada e dos servidores, cumprindo preceitos legais de execução penal e direitos humanos.
- **Segurança e Continuidade Operacional:** Os itens voltados à automação de portões, elétrica, iluminação e hidráulica, além das ferramentas especiais, são críticos para assegurar a manutenção predial preventiva e corretiva da Unidade Prisional. A pronta disponibilidade desses insumos previne vulnerabilidades estruturais e garante a solidez do controle de acessos e do monitoramento (suportado pelas câmeras fotográficas).
- **Suporte Logístico e Alimentar:** A inclusão de equipamentos como o liquidificador industrial, o freezer doméstico e as lavadoras de alta pressão atende diretamente à otimização das rotinas da cozinha e da higienização pesada de grandes áreas, promovendo eficiência e reduzindo o desgaste da força de trabalho.
- **Adequação de Mercado e Sustentabilidade:** O levantamento de mercado demonstrou haver ampla oferta de fornecedores para os lotes pretendidos. Ademais, os potenciais impactos ambientais identificados (geração de resíduos e logística) são mitigáveis por meio de critérios de descarte adequado e gerenciamento interno de resíduos sólidos e eletroeletrônicos.

Diante do exposto, a contratação mostra-se inteiramente viável, configurando-se como a solução mais vantajosa e eficiente para a Administração Pública alcançar os objetivos finalísticos da Unidade Prisional.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de](#)

ADENILSON DE OLIVEIRA PEREIRA

Chefe da Seção de Administração



Assinou eletronicamente em 08/06/2026 às 10:55:22.



Governo do Estado de São Paulo

NOTA DE EMPENHO - SIAFISICO - 2026NE_____

UG	380203 - PENITENCIARIA DE PARAGUACU PAULISTA			
Gestão	00001 - GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO			
Data de Emissão				

CNPJ/CPF/UG				
Credor				
Endereço				
Cidade		UF		CEP

Origem Material				
-----------------	--	--	--	--

Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI	PTRES
	38003						

No Processo		Acordo					
Tipo de Empenho	9 - DESPESA NORMAL	Ref Dispensa	LEI 14.133/2021				
Licitação		Modalidade					
Empenho Orig.		Nº Contrato		Nº OC			

Valor do Empenho R\$				
----------------------	--	--	--	--

Cronograma					
	<table><tr><th>Mês</th><th>Valor</th></tr><tr><td></td><td></td></tr></table>	Mês	Valor		
Mês	Valor				

Sequência	001	Item		Unid. Forn.	
Quantidade		Valor Unitário		Preço Total	
Descrição					



Governo do Estado de São Paulo

Total ou Valor a Transportar R\$	
Local de Entrega	
Data de Entrega	

PAULO DA SILVA - 380203

Ordenador da Despesa

Responsavel pela emissão	380203
--------------------------	--------



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 26 de abril de 2024 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

RESOLUÇÃO SAP N.º 49/2024, DE 17/4/2024 - RETIFICADA

RESOLUÇÃO SAP n.º 49/2024

Dispõe e regulamenta os procedimentos sancionatórios no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária e dá providências correlatas.

O Secretário da Administração Penitenciária, no exercício de suas atribuições legais, e considerando as alterações introduzidas pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às contratações públicas, bem como, a necessidade de adequar os processos sancionatórios ao que dispõem os artigos 155 a 163 do referido diploma legal, resolve:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela Lei n.º 14.133/21 (LLCA), deverá obedecer ao disposto nesta Resolução.

Artigo 2º - O licitante ou contratado, ou quem mantenha vínculo obrigacional para com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Administração Penitenciária, que incidir nas infrações relacionadas no artigo 155 da LLCA, ficará sujeito às sanções administrativas do artigo 156 do mesmo diploma legal.

Parágrafo único - Em caso de atraso injustificado, a multa de mora será aplicada de acordo com os parâmetros também fixados nesta Resolução em disposição própria.

Artigo 3º - Serão aplicadas as seguintes sanções administrativas:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta, Autarquias e Fundações do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º - A multa será aplicada nos casos de atraso injustificado na execução do contrato e na inexecução parcial ou total do contrato.

§ 2º - A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados, devidamente apurado.

§ 3º - As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

Artigo 4º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 3º, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como, os danos que dela provierem para o contratante;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme as normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 1º - São consideradas circunstâncias agravantes na aplicação da sanção:

1. a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2. a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3. a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4. a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5. a reincidência na infração;

6. a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São circunstâncias atenuantes da sanção:

1. a falha escusável do licitante ou contratado;

2. a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3. a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;

4. a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

CAPÍTULO II DAS SANÇÕES

Seção I – Da Advertência

Artigo 5º - A advertência será aplicada ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, que justifique a imposição de penalidade mais grave.

Seção II – Da Multa

Artigo 6º - A multa prevista no inciso II do artigo 156, aplicável ao contratado ou licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155, ambos da LLCA, será calculada na forma desta Resolução ou na forma de eventual previsão específica distinta no edital ou no contrato, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

Artigo 7º - A inexecução parcial do ajuste sujeitará o contratado à multa, na seguinte conformidade:

I - No caso de obras e serviços de engenharia, 20% (vinte por cento) do saldo contratual não realizado;

II - No caso de aquisição de bens ou de contratação de prestação de serviços não contínuos, 15% (quinze por cento) do saldo contratual não realizado;

III - No caso de prestação de serviços contínuos, 30% (trinta por cento) por dia de inexecução, calculado sobre o valor diário do contrato.

Artigo 8º - A inexecução total do ajuste sujeitará o contratado à multa, na seguinte conformidade:

I - No caso de obras e serviços de engenharia e prestação de serviços contínuos, 10% (dez por cento) do valor do contrato;

II - No caso de aquisição de bens ou de contratação de prestação de serviços não contínuos, 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

Artigo 9º - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além da sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda, se for o caso, da imediata perda da garantia de proposta.

Artigo 10 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, nos termos do artigo 162 da LLCA, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo estipulado, na seguinte conformidade:

I - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;

b) 1% (um por cento) ao dia, a partir do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à da alínea "a" supra;

c) Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.

II - no caso de prestação de serviços contínuos, 30% (trinta por cento), calculados sobre o valor diário do contrato. Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução do contrato, sem prejuízo de que tal caracterização reste constada pela Administração em lapso temporal inferior, dadas as características do serviço prestado.

III - no caso de obras e serviços de engenharia, 1% (um por cento) na primeira ocorrência e 2% (dois por cento) quando houver reincidência, calculados sobre o valor correspondente ao saldo contratual não realizado.

Parágrafo único – Na contagem dos prazos referidos nos incisos I e II deste artigo serão considerados dias corridos.

Artigo 11 - A multa de mora poderá ser convertida em compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

Artigo 12 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se for o caso, ou cobrada judicialmente.

Artigo 13 - Fica dispensada a instauração de processo administrativo sancionatório quando for constatado que a multa a ser imposta à contratada é irrisória.

Parágrafo único - Para os efeitos desta Resolução, é considerado irrisório o valor de multa igual ou inferior a 5 (cinco) UFESP, vigente para o exercício financeiro.

Artigo 14 - É obrigatória a instauração de processo administrativo sancionatório, mesmo para a hipótese de multa com valor irrisório:

I - em caso de constatação de conduta que, em tese, possa ensejar a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e/ou declaração de inidoneidade ao contratado.

Artigo 15 - A dispensa referida no artigo 13 desta Resolução deve ser motivada pela autoridade competente para a sua aplicação e instruída com cálculo do valor da multa em tese cabível, possibilitando conferência pelos órgãos de controle, se o caso.

Artigo 16 - Os bens não aceitos e as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pela contratante, em Edital e/ou Contrato, contado do recebimento da comunicação da recusa.

§ 1º - O pedido de prorrogação para entrega ou execução do objeto deverá ser apresentado, com a devida justificativa, antes do término do respectivo prazo.

§ 2º - A ausência de regularização do objeto dentro do prazo determinado ensejará a aplicação das sanções previstas nesta Resolução, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.

Seção III – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 17 - A sanção de impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do “caput” do artigo 155 da LLCA, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelos seguintes prazos:

I - por 3 (três) meses, no caso de infração prevista no inciso IV do artigo 155;

II - por 6 (seis) meses, no caso de infrações previstas nos incisos V a VII do artigo 155;

III - por 1 (um) ano, no caso de infração prevista no inciso II do artigo 155;

IV - por 2 (dois) anos, no caso de infração prevista no inciso III do artigo 155;

Parágrafo único – Os prazos de que trata este artigo poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso até o prazo máximo de 3 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

Seção IV – Da Declaração de Inidoneidade

Artigo 18 - A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do “caput” do artigo 155 da LLCA, bem como, se estiver justificada a imposição de penalidade mais grave por aquelas previstas nos incisos II a VII do “caput” do mesmo artigo, e impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º - O prazo a que alude o “caput” deste artigo poderá ser reduzido ou majorado, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitando o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos, nos termos do § 5º, do artigo 156, da LLCA.

§ 2º - Para os fins do inciso X do “caput” do artigo 155 da LLCA (“comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza”), considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, bem como o cometimento de fraude de qualquer natureza.

CAPÍTULO III DO PROCEDIMENTO SANCIONATÓRIO

Artigo 19 - A instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do gestor, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento da execução contratual, à autoridade competente visando a iniciação do procedimento.

Parágrafo único - Os emitentes das garantias exigidas no contrato deverão ser notificados quando do início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos

termos do § 4º, do artigo 137, da LLCA.

Artigo 20 - Na aplicação das sanções previstas nos incisos I e II, do artigo 3º, desta Resolução, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação, garantindo o direito ao contraditório e ampla defesa.

Parágrafo único – Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o contratado ser comunicado de ambas as consequências da infração constada, para exercer seu direito de defesa.

Artigo 21 - A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

§ 2º - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 3º - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 4º - Os processos sancionatórios deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução à autoridade competente para fins de avaliação do seu processamento e eventual análise jurídica.

Artigo 22 - Da decisão da autoridade competente que aplicar as sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

Artigo 23 - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, sendo que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

Artigo 24 - A aplicação da sanção estabelecida no inciso IV, do artigo 3º, desta Resolução (declaração de inidoneidade para licitar) é de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão, e será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

Artigo 25 - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento.

Artigo 26 - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado.

Artigo 27 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Parágrafo único - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Artigo 28 - A intimação dos atos relativos à aplicação de sanções será feita mediante expedição de ofício ao(s) representante(s) relacionado(s) no contrato, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico nele indicados, que deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina.

§ 1º - Resultando infrutífera a intimação a que refere o “caput” deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

§ 2º - Nos processos eletrônicos as comunicações dos atos oficiais serão realizadas por meio das funcionalidades existentes no Sistema Eletrônico de Informações – SEI ou em outro que venha a substituí-lo.

Artigo 29 - Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa, não ocorrendo a quitação, serão adotadas as medidas para o registro do devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN) e a inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

Artigo 30 - A prescrição para aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida, pela instauração do processo de responsabilidade a que refere o caput do artigo 21;

II - suspensão, pela celebração de acordo de leniência, previsto na Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão, por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Artigo 31 - Encerrada a instância administrativa, as sanções deverão ser registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo (CAUFESP), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como, conforme o caso, comunicadas as autoridades competentes, para fins de anotações nos demais cadastros de controle, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis.

Artigo 32 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183, da LLCA.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 33 - A presente Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 34 - Ficam revogadas as Resoluções SAP 6/2007, 7/2007 e 78/2022, permanecendo aplicáveis aos contratos quando vigentes, quando constar remissão expressa em suas disposições.

Artigo 35 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal n.º 14.133/21.

(Republicado por ter saído com incorreção na redação do Inciso I, do Artigo 30, na publicação anterior)

(SEI-006.00056884/2024-73).

ANEXO IV

MODELO REFERENTE A PLANILHA DE PROPOSTA

NOME DA EMPRESA: _____

ENDEREÇO: _____

CNPJ: _____ **TELEFONE: ()** _____

e-mail: _____

RESPONSÁVEL ASSINATURA CONTRATO “NOME E CPF”: _____

ITEM	ESPECIFICAÇÃO SIAFÍSICO	CAT MAT SIAFÍSICO	CAT MAT COMPRAS	QUANTIDADE (UNID. DE FORNECIMENTO)	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1							
2							
3							
...							

- Validade da proposta: 60 (sessenta) dias
- Indicar apenas uma marca em sua proposta

ANEXO V

MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

ANEXO V.1

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO
(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº _____ / _____, Processo nº _____ / _____, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)